

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.596.946 - RS (2019/0299345-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : VICTORIO FRANCISCO RIZZARDI - ESPÓLIO
REPR. POR : ANICE GIACOBBO RIZZARDI - INVENTARIANTE
ADVOGADO : ADRIANO MARCELO RAMBO - RS053219
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS - RS095803A

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO ORDINÁRIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERENÇA DE CÁLCULO. LAUDO PERICIAL HOMOLOGADO QUE ABARCOU AMORTIZAÇÕES.

Hipótese em que a parte impugnada não logrou demonstrar a não ocorrência de amortizações, que corretamente sopesadas pelo laudo pericial. Ao revés, no laudo pericial homologado pelo juízo de origem corretamente aborta as devidas amortizações referentes à cédula rural debatida.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração não foram acolhidos, tendo sido resumido conforme a seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ART. 1022 DO CPC. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO JULGADO.

- Impossibilidade de reexaminar matéria que foi inequivocadamente decidida e sem violação às regras do art. 1022 do CPC.

- Restou devidamente explicado no julgado que as amortizações são existentes e foram corretamente sopesadas pelo experto quando da realização da perícia. Além disso, eventual tese de que as amortizações se consubstanciam em valores hipotéticos, deve ser aventada perante o juízo de origem sob pena da ocorrência do indesejado fenômeno da supressão de instância.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.
UNÂNIME.

Nas razões do especial, a parte recorrente sustenta a violação do arts. 1022 do Código de Processo Civil/2015, ao argumento de *"omissão e contradição, eis que a amortização referida pelo ora recorrente não se refere a amortização das parcelas do financiamento, mas se refere ao abatimento/amortização da rubrica contábil intitulada como 'Premio Adimplemento - C. C 92/704' ocorrida no dia 03.11.1989 - fl. 172, no valor de 20.815,62 (...)"* (e-STJ, fl. 215).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 234/240), pugnando o não provimento do recurso.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Verifico que não merece prosperar a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC, porquanto não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

A propósito, cito:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AFRONTA AO ARTIGO 1022, II, DO CPC/15. INEXISTÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. É incabível a incidência de juros moratórios sobre valores a serem devolvidos em virtude de revogação de decisão que antecipou os efeitos da tutela por não haver fato ou omissão imputável ao autor da ação de revisão de benefício. Precedentes. Súmula nº 83/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no AREsp 1.098.349/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 22.3.2018, DJe 4.4.2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.157.866/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13.3.2018, DJe 15.3.2018).

O Tribunal estadual, ao dirimir a controvérsia, entendeu que o laudo pericial contabilizou as amortizações operadas no período para verificação dos valores executados, se pronunciando da seguinte forma (fls. 184/185):

Pois bem. Compulsando os autos tenho que a decisão acertadamente sopesou o laudo pericial confeccionado com base nos extratos evolutivos juntados pelo BANCO.

Verifica-se nitidamente, à fl.174 que houve amortização e esta foi levada em consideração pelo perito contábil às fls.176-178.

Destaco trecho do laudo pericial considerado pelo Juízo que bem delineia a questão:

(...)

Na técnica jurídica, a palavra amortização dá a compreensão do resgate de uma dívida ou de uma obrigação, promovido gradualmente, isto é, em sucessivas parcelas. A amortização mostra, justamente, o valor de cada pagamento parcelado, até o pagamento integral da dívida. As amortizações, que se mostram pagamentos facultativos ou obrigatórios, terminarão por cumprir o pagamento total da dívida .

Com efeito, ao meu ver, o laudo pericial (e complementações) foi corretamente levado em consideração pelo Juízo de origem, computando adequadamente as amortizações operadas.

Ora, em sentido contrário, considerar o cálculo total, incluída a amortização, acabaria por cancelar o indesejado fenômeno do enriquecimento sem causa, o que é vedado pelo artigo 884 do CC. (sem destaques no original)

Assim, a alteração das conclusões adotadas, nos termos em que pretendido pelo recorrente, demandaria, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória da lide, o que encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

Ademais, a discussão a respeito da especificação da rubrica a qual se refere a amortização verificada no acórdão recorrido não foi submetida à análise da instância de origem, tendo sido ventilada somente nas razões dos embargos de declaração, razão pela qual fica configurada inovação no recurso e obsta o seu conhecimento.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 619 DO CPP. NÃO OCORRÊNCIA. TESES APRESENTADAS NAS RAZÕES DO EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. DEMAIS TESES. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. MANTIDA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não verifica a alegada violação do art. 619 do CPP, na medida em que o acórdão recorrido enfrentou todos os pontos relevantes ao deslinde da controvérsia, adotando, contudo, solução jurídica contrária aos interesses do recorrente. Ausente, portanto, a alegada negativa de prestação jurisdicional.

2. As demais teses de nulidade foram alegadas apenas nos embargos de declaração, as quais não foram examinadas pela instância a quo, incidindo, à espécie, a Súmula 211/STJ ante a falta do indispensável prequestionamento.

[..]

6. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1664437/ES, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 4.9.2018, DJe 12.9.2018 - grifo nosso).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. COMPETÊNCIA. LOCAL NATUREZA INDENIZATÓRIA. COMPETÊNCIA DO FORO DO LUGAR DO ATO OU FATO. INCIDÊNCIA SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA SÚMULA 7/STJ E 283/STF. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento do STJ é de que, em se tratando de ação de reparação de danos, como na espécie, tem-se por competente o foro do lugar do ato ou fato, nos termos do art. 100, V, do CPC/73, local esse onde, em tese, deu-se o ato ilícito. Incidência, no presente caso, da Súmula 83/STJ.

2. As matérias referentes aos arts. 79 e 80 do Estatuto do Idoso, art. 5º, § 5º, da LINDB e art. 100, II, do CPC/73 - natureza alimentar das verbas honorárias - não foram objeto de discussão no acórdão recorrido, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial. Incidência das Súmulas nº 282/STF e nº 211/STJ. Tais dispositivos foram suscitados apenas em sede de embargos de declaração, quando operada a preclusão, porquanto vedada a inovação recursal.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1533736/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28.11.2017, DJe 2.2.2018 - grifo nosso).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora